



INDICADORES EDUCACIONAIS COMO POSSIBILIDADE DE LEITURA SOBRE A CONDIÇÃO DOCENTE: ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE E PERCENTUAL DE DOCENTES COM CURSO SUPERIOR

LAÍZ CAROLÍNE DE OLIVEIRA SANTOS; LUCILENE FERREIRA DE ALMEIDA

RESUMO

A presente pesquisa discute a importância dos indicadores educacionais na avaliação do sistema educacional, tendo em vista, que a qualidade da educação é um tema de relevância crucial para o desenvolvimento da sociedade. Nesse contexto, os indicadores educacionais desempenham um papel crucial, oferecendo uma visão abrangente do sistema educacional de um país. Logo, essa pesquisa propõe analisar como os indicadores educacionais, em particular, a adequação da formação docente e o percentual de docentes com curso superior, fornecem informações valiosas sobre a condição dos profissionais que atuam na educação brasileira.

Palavras-Chaves: Ensino Básico; Educação; Formação Docente; Importância dos indicadores educacionais; Educação Brasileira

1 INTRODUÇÃO

A educação desempenha um papel fundamental para a formação da sociedade, principalmente no que tange o desenvolvimento dos indivíduos. No núcleo desse processo, como pilar, temos os professores, sendo os principais transmissores de conhecimentos e habilidades. Logo, compreender a condição docente e avaliar a qualidade da educação é de suma importância, para formação da sociedade, diante do exposto, uma das maneiras de abordar essas informações, é por meio da análise dos indicadores educacionais, que fornecem informações de grande valia para o estado da educação, e por consequência, sobre a condição docente.

Os indicadores são um conjunto de diretrizes com pesquisas quantitativas e qualitativas que permitem a análise do sistema educacional, fornecem informações sobre vários aspectos do processo educacional, como a qualidade do ensino, efetividade das políticas educacionais, acesso à educação, inclusão, igualdade de oportunidade, entre outros. Um indicador apresenta uma informação específica, podendo ser uma categoria representativa ou um conhecimento da realidade. Ele pode ser também a materialização de um conjunto de critérios, a partir de evidências quantitativas e qualitativas, que agrupadas revelam particularidades da realidade social (Brito; Garcia, 2022, p.500)

O seu surgimento se deu pela necessidade de orientar políticas educacionais e ampliar o acesso à educação em muitos países no século XX. No início daquele século, os países começaram a desenvolver sistemas de avaliação da educação, como testes padronizados e exames nacionais, para medir o desempenho do aluno e comparar o desempenho entre escolas e regiões. No entanto, esses sistemas se limitavam e abrangiam poucos dados locais.

Em meados dos anos 1960, as organizações internacionais, como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), começaram a desenvolver metodologias

para coletar e analisar dados sobre a educação em diferentes países, resultando na ideia de padronizar e comparar dados educacionais, como a criação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), em 1997, que tinha como um dos objetivos comparar o desempenho acadêmico dos alunos em diferentes países.

Com o passar do tempo, os indicadores se tornaram mais sofisticados e abrangentes, incluindo diversas informações sobre o ensino em geral, sendo hoje amplamente utilizados em todo mundo para avaliar, planejar e gerenciar políticas e programas educacionais.

Nesta pesquisa, temos como objetivo explorar a relação entre os indicadores educacionais e a condição dos professores, demonstrando como os dados quantitativos podem fornecer insights sobre a formação docente e condição docente, bem como, destacar a importância dessa condição e dos indicadores para qualidade da educação.

O primeiro indicador trata do percentual docente com nível superior. Ter formação superior para atuar na Educação Básica é, de fato, a demanda adequada, de acordo com o artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96), que sinalizou que “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal” (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017).

O segundo indicador é o de adequação da formação docente, que analisa o ajustamento da formação inicial de acordo com as orientações legais. Segundo a nota técnica n. 20/2014 do MEC/INEP, ele capta informações do Censo Escolar da Educação Básica sobre a formação dos professores, as turmas e as disciplinas em que esses profissionais lecionam e, ao mesmo tempo, dados sobre os estudantes e as escolas (Brasil, 2014).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para atingir os objetivos propostos, foi realizado como metodologia a pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos (2020) relatam que a pesquisa deve ser realizada com base em fontes disponíveis, tais como, documentos impressos, artigos científicos, livros, teses e dissertações. A partir disso, foi realizado um compilado de bibliografias que abrangiam sobre os indicadores adequação da formação docente e percentual de docentes com curso superior, com base nesse material, é possível analisar a condição docente atualmente. Os autores consultados são: Garcia; Brito (2022); e Cunha (2006); bem como, documentos do ministério da educação e do instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, ao longo das últimas décadas, as políticas públicas destinadas à formação inicial e continuada de professores ganharam destaque. Esse destaque ocorreu em meio às transformações sociais, políticas e econômicas, e durante debates intensos sobre aprimoramento da qualidade do ensino, notadamente na década de 80. Esse período coincidiu com o processo de redemocratização política no Brasil, levando as novas legislações, a partir da Constituição Federal de 1988, a enfatizarem a universalização do acesso e a melhoria do ensino público como um direito fundamental da população, essencial para a construção da autonomia e desenvolvimento humano. Essa perspectiva visa viabilizar o exercício da cidadania e a participação plena na sociedade e no mercado de trabalho. Consequentemente, o tema passou a ser central em ações e políticas propostas pelo Ministério da Educação (MEC), destacando-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, cujos princípios estão alinhados com a Constituição Federal. A LDB estabeleceu a expectativa de que todos os professores da educação básica obtivessem formação superior. Contudo, essa

meta não foi plenamente alcançada, apesar de diversas iniciativas do MEC, incluindo a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica em 2009.

O indicador percentual de docentes com curso superior, mede a proporção de professores em uma determinada escola, rede de ensino, país, estado e zonas urbanas ou rurais, que possuem formação superior completa. Este indicador é importante, por ser diretamente relacionado à qualidade do ensino. Partindo da ideia, que professores bem formados possuem um conjunto de habilidades e competências que os capacitam a planejar e executar aulas mais eficazes, adaptando o conteúdo de acordo com as necessidades dos alunos, criando um ambiente de aprendizagem estimulante, melhorando resultados educacionais para os alunos. Cunha (2006) relata que é no período de formação superior, que o futuro professor formula sua concepção de ensino, e saberes atrelados ao conteúdo da disciplina e da prática pedagógica, bem como, aprender sobre os conhecimentos didáticos. Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96), art. 62, estabelece que a “Formação de docentes para atuar na educação básica em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, ainda que admita a oferecida em nível médio, na modalidade normal, como formação mínima”.

Além disso, o percentual de docentes com curso superior possibilita a equidade do acesso à educação, onde escolas com a maior proporção de professores com formação superior oferecem aos alunos um ensino qualificado, proporcionando oportunidades educacionais justas e igualitárias.

De acordo com as pesquisas realizadas através de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), obtivemos aumento de escolaridade dos docentes, em um comparativo, entre os anos de 2016 e 2020 houve um aumento de 34,6% para 43,4% no número de professores em pós-graduação, ou seja, o resultado tem sido positivo, de acordo com Censo escolar 2020, o ensino médio é que revela o maior percentual de docentes com nível superior completo, neste ano, 505.782 professores participaram, onde 97,1% tem graduação, sendo dividido entre 89,6% formado em licenciatura e 7,4% em bacharelado, logo, apenas 2,9% possuem formação de nível médio ou inferior, dados estes, que podem ser consultados no próprio site do instituto. Tratando-se do ensino fundamental, 85,3% tem graduação nos anos iniciais, nos anos finais dos 753 mil docentes cadastrados, 91,8% possuem nível superior, logo, passou-se a existir um aumento de 6,6% de professores com formação superior em licenciatura. Para obtermos esses dados, contamos com o censo escolar que é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Ele é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira.

Esse aumento é previsto em uma das metas do plano nacional de educação, que é, até o final da sua vigência, ter pelo menos cinquenta por cento da educação básica com formação e pós-graduação, esse documento, tem como objetivo a elevação global do nível de escolaridade da população, as metas 15 e 16, definem, uma política nacional de formação específicas para os profissionais da educação em cursos de licenciatura na área de conhecimento que atuam e uma de formação em nível de pós-graduação.

Todo esse crescimento, é atribuído também a expansão do ensino superior nas instituições privadas e de programas governamentais como FIES (Fundo de financiamento ao estudante do Ensino Superior) e PROUNI (Programa universidade para todos), essa expansão da educação aumentou o número de estudantes, consequentemente, o número de professores, bem como, programa REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades que tem como objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Todos esses programas, possuem suma importância para possibilitar que os brasileiros

possuam mais acesso à educação e consequentemente, que mais professores sejam formados.

A partir de 2013, o Inep produziu e disponibilizou o indicador de adequação da formação docente, a partir de dados também coletados pelo censo escolar da educação básica o indicador, classifica os docentes em exercício a partir da formação acadêmica e da disciplina que lecionam. Dentro do indicador, considera-se as seguintes informações: Grau de formação, onde se verifica se o professor tem formação em nível superior (Licenciatura ou bacharelado) ou em nível médio (Curso normal ou magistério); Área de formação, de acordo com a classificação do ministério da educação; Especialização ou pós-graduação na área de atuação e por fim, tempo de experiência do professor em sala de aula, informações estas, que são utilizadas para indicar a qualidade da educação. Este indicador é organizado em grupos como mostra a tabela abaixo:

Quadro 3 Categorias de formação da adequação do docente em relação à disciplina que leciona	
Grupo	Descrição
1	Neste grupo estão os professores com formação superior (licenciatura) na mesma disciplina que lecionam. Ou eles possuem bacharelado com curso de complementação pedagógica concluído.
2	Neste grupo estão os professores com formação superior em bacharelado na disciplina correspondente, mas sem licenciatura ou complementação pedagógica.
3	Neste grupo estão os professores com licenciatura em área diferente daquela que lecionam. Ou eles possuem bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que lecionam.
4	Neste grupo estão os professores com outra formação superior que não foi considerada nas categorias anteriores.
5	Neste grupo estão os professores que não possuem curso superior completo.

Fonte: Fonte: INEP - Nota Técnica Nº 020/2014

A escolha de uma classificação em cinco categorias, em vez de uma classificação dicotômica entre aqueles que têm a formação esperada e aqueles que não têm, proporciona aos diversos sistemas de ensino melhores condições para planejar ações formativas capazes de superar os desafios da formação apropriada de seu corpo docente. Isso se deve ao fato de que cada grupo requer estratégias específicas, considerando as diferentes experiências em exercício e a carga horária necessária para a integralização da formação do docente. No grupo um, composto por docentes que atuam na mesma área de sua formação inicial, o estabelecimento de uma relação adequada entre docência e formação do docente, conforme preconizado pelos dispositivos legais, poderia servir como métrica para o acompanhamento da Meta 15 do Plano Nacional de Educação em diferentes escolas e redes de ensino. Para o grupo dois, a adequação entre a formação do docente e a regência da disciplina poderia ser alcançada por meio de programas de complementação pedagógica, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB). No caso do grupo três, programas de formação para segunda licenciatura, com carga horária reduzida (800 a 1200 horas), de acordo com as diretrizes apresentadas no Parecer CNE/CP nº 08/2008, representariam uma alternativa viável para os sistemas de ensino. Já para os docentes dos grupos quatro e cinco, a exigência seria a obtenção de formação superior em licenciatura na área específica, por meio de programas convencionais.

É importante ressaltar que como bem aborda Obeducab (2019) Não são todos os professores que atuam na educação básica que possuem formação adequada para as disciplinas que lecionam. Não é raro encontrar docentes sem formação adequada trabalhando nas escolas brasileiras. Nesse cenário, a excelência das aulas pode ser prejudicada, pois esses professores podem não possuir domínio nas metodologias de planejamento da disciplina, na gestão adequada de seus períodos, na elaboração de projetos e, principalmente, no conhecimento dos conteúdos necessários para interagir de maneira eficaz com os alunos. A falta dessas competências pode impactar negativamente o processo de aprendizado dos

estudantes como um todo.

No cotidiano das escolas, ainda é frequente encontrar professoras e professores formados em uma área específica, mas que ministram aulas em disciplinas diferentes na educação básica. Ao examinar os dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2022, divulgado neste ano, observa-se que as regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste apresentam um menor percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação e a adaptação à atuação são elementos cruciais para aprimorar a qualidade da educação em geral, com um impacto direto na formação e no desenvolvimento de crianças e jovens em particular. A primeira, em conjunto com a segunda, influencia a maneira como um professor elabora seu planejamento de aulas, administra o ambiente da sala de aula, aplica métodos didáticos apropriados. Essa influência se estende à garantia do conteúdo ministrado aos estudantes, uma vez que o professor pode se encontrar desqualificado para lecionar um determinado assunto devido, por exemplo, à sua atuação em outra área curricular na qual não possui conhecimentos aprofundados. Portanto, a formação adequada e a adaptação contínua são cruciais para assegurar que os educadores possam fornecer uma educação de qualidade e atender às necessidades específicas dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.**

BRITO, Carlos Alexandre Felicio; GARCIA, Paulo Sergio. **Indicadores educacionais atrelados ao professor: Falta de formação ou Negligência.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 0498-0520, jan./mar. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI:<https://doi.org/10.21723/riaee.v17i1.1405>

CUNHA, M. I. DA. **Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão.** Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 32, p. 258- 271, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISAS ESPACIAIS (Brasil). Adamantina, São Paulo. São José dos Campos: INPE, 2014.

OBEDUCABC. **Observatório da Educação do Grande ABC. Relatório do primeiro trimestre** de 2019. São Caetano do Sul, SP: Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2019